

AMÉRICA LATINA: ELITES, RECURSOS NATURAIS E CONFLITOS SOCIAIS

SUMÁRIO:

Editorial	1
<i>Fran Espinoza</i>	
Teoria P@X	
“Os Barões do Oriente. O poder em Santa Cruz, ontem e hoje”	
<i>Ximena Soruco Sologuren</i>	2-3
“O direito dos povos indígenas sobre as suas terras e recursos naturais: O caso <i>Awás Tingi</i> ”	
<i>Felipe Gómez Isa</i>	4-6
Observatório das P@xes	7-9
Estudos sobre a P@x	
“Minérios sem fronteiras? Conflito e desenvolvimento em regiões mineiras do Perú”	
<i>Javier Arellano Yanguas</i>	10-11
“Recursos naturais, elites de poder e conflitos em Guatemala”	
<i>Renzo Lautaro Rosal</i>	12-13
Sótão do GEP	14-18



P@X

Coordenação da linha de investigação de Estudos para a Paz / NHUMEP:
José Manuel Pureza

Número temático organizado por:
Fran Espinoza

Coordenação do Boletim P@X:
Rita Santos e Sofia José Santos

Edição, tradução e revisão:
Rita Santos e Sofia José Santos

Núcleo de Estudos sobre Humanidades,
Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP)
Centro de Estudos Sociais
Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
Tel: + 351 239 855593
Fax: + 351 239 855589

<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nhumep/pages/pt/ apresentacao.php>
paxinfo@ces.uc.pt

Editorial

Abordar temáticas como “América Latina, recursos naturais e conflitos sociais” sobre as quais o P@x se debruça nesta edição, não é um processo que esteja de todo isento de dificuldades tanto a nível teórico como empírico. Inclusivamente, o termo “elite” ou “elites” pode ser interpretado de diferentes maneiras. Os media de massas geralmente interpretam as elites como algo positivo e saudável, apesar de, no âmbito da Ciência Política, estas sejam vistas de forma mais crítica. No entanto, devido à origem do termo, para a Ciência Política não é fácil chegar a um consenso mínimo sobre uma única definição que congregue todos os seus elementos essenciais. Neste trabalho são tidas como referência as contribuições de Waldmann (2007), uma vez que para além da abordagem histórica e conceptual do termo, este autor analisa o conceito de elite no contexto da latino-americano, refletindo sobre o papel da elite e do resto da população - «*la masa*» (as massas, em português). Segundo o autor, são três os elementos que se devem ter em consideração de forma a obter um consenso mínimo sobre a definição de elite. Uma elite, apesar de estar dividida em várias, sempre será uma minoria. Nos Estados modernos seria composta, no máximo, por 2,000-3,000 pessoas, diferenciando-se da maioria devido ao seu estatuto,

prestígio e autoridade. O outro critério seria a heterogeneidade dos setores que a poderiam formar, que compreenderiam desde a Igreja até executivos importantes, intelectuais e artistas. Por último, é preciso ter méritos para fazer parte da elite nacional. Assim, a minoria seleta deve ter influência sobre a opinião pública e sobre as decisões políticas, económicas, entre outras. É importante destacar que a seleção se faz tendo como base as capacidades e as virtudes dos que aspiram ao estatuto de elite. No cenário latino americano é muito recorrente encontrar alianças entre algumas elites empresariais, proprietários das terras e elites políticas locais interessadas na apropriação e exploração dos recursos naturais que, geralmente se encontram em territórios habitados por populações indígenas e camponesas. As primeiras foram recentemente consideradas em algumas constituições como os donos legítimos das terras e territórios, uma vez que são os habitantes que desde tempos ancestrais se têm mantido nesses espaços. Os segundos, com menos reconhecimento jurídico e político, acabam por se converter em sujeitos mais vulneráveis e com menor capacidade de reivindicação. As elites conhecedoras destas realidades consideram-se a

si mesmas como os líderes melhor dotados para a extração e comercialização das matérias primas, tais como recursos energéticos, minérios preciosos, madeira, etc. Já as comunidades indígenas e camponesas, conscientes que estes recursos são a sua última carta para o seu desenvolvimento ou pelo menos para a sua sobrevivência, enfrentam as elites, sendo o protesto social a ferramenta mais utilizada para dar visibilidade a este problema. É desta forma que ao trinómio elites, recursos naturais e conflitos se agrega um quarto elemento a considerar: o das populações mobilizadas que exigem frente ao Estado e frente aos organismos internacionais o direito aos seus recursos naturais.

Fran Espinoza
SPBUILD – Marie Curie Fellow

Referência:

Waldmann, P. (2007). *Algunas observaciones y reflexiones críticas sobre el concepto de elite(s)*. En Birle, Peter et al. (eds.), *Elites en América Latina* (9-30), Madrid: Iberoamericana

Teoria da P@X

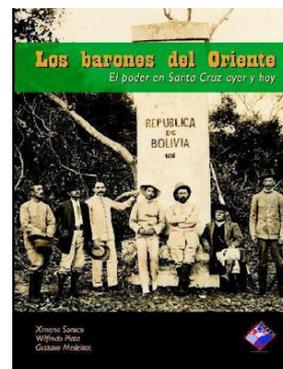
OS BARÕES DO ORIENTE. O PODER EM SANTA CRUZ ONTEM E HOJE

Esta investigação deu origem ao livro *Los barones del Oriente. El poder en Sanbta Cruz ayer y hoy* ('Os Barões do Oriente. O poder em Santa Cruz ontem e hoje', em português) surgiu com a finalidade de compreender a história, a configuração socio-económica e a projeção política da elite de Santa Cruz, num momento em que começou a gerar uma profunda instabilidade política, com um discurso abertamente racista e separatista.

Esta conjuntura teve início com a eleição do primeiro presidente indígena da Bolívia, Evo Morales, em 2005, e com a realização de uma Assembleia Constituinte, cujo texto de Constituição Política do Estado foi aprovado em 2009. No decorrer destes episódios políticos-chave do atual ciclo estatal boliviano, a elite de Santa Cruz acentuou o discurso regionalista como mecanismo de confrontação com o governo indígena, e a sua versão radical tornou-se num nacionalismo separatista. O argumento desta disputa foi a rejeição de um governo indígena andino (da região ocidental do país) e a defesa de um modelo de produção, um estilo de vida e a auto-determinação política e cultural (mestiça) da região oriental, tendo Santa Cruz como núcleo.

O primeiro capítulo do livro analisa os momentos de acumulação económica e subjetiva desta elite. A primeira conclusão é que, contrariamente às elites de La Paz, que tiveram hegemonia nacional (a liberal de 1899, a que surgiu da Revolução de 1952, e a que se forma no atual governo), a elite de Santa Cruz não teve um processo de renovação, isto é, reproduziu-se sem rupturas nem questionamentos, tanto da parte de movimentos populares, como do setor empresarial e da classe média mais modernos (ascensão por mérito e não por relações de clã). Esta característica é central, porque permite entender a sua coesão interna, baseada no menosprezo das populações indígenas, internas e externas à região.

Segundo esta interpretação, a elite de Santa Cruz surgiu entre 1880 e 1915, com o *boom* da borracha, daí que mantenha – sem vergonha – um discurso darwinista desde os inícios do século XX até hoje. Sendo produto de momentos auge na extração produtos específicos (borracha, algodão, soja), de caráter privado e fortemente vinculados ao mercado internacional, este grupo não viveu uma interpelação “nacional”, por parte do mercado interno, nem estabeleceu um discurso mais horizontal com a população indígena e mestiça urbana de Santa Cruz, como teve que fazer a elite surgida em 1952 ou no atual regime.



Capa do livro “*Los barones del Oriente*, de Ximena Sologuren, Wilfredo Quispe y Gustavo Medeiros (coords.) (Santa Cruz: Fundación Tierra, 2008).

A queda precoce dos preços da borracha gerou um isolamento geográfico do Oriente do mercado interno nacional, até à Revolução de 1952, quando a política agrária nacionalista investiu capital (o excedente mineiro) na infraestrutura de estradas, construção de moinhos e créditos para a formação de uma burguesia agro-industrial, que permitisse a auto-suficiência alimentar da Bolívia. No entanto, a entrega clientelista de terras e créditos durante as ditaduras (1964, 1971-1978) acaba por imprimir um caráter comercial-financeiro – e não produtivo – a esta elite.

Teoria da P@X

A dotação (gratuita) de terras neste período, propriedades entre 10 mil e 50 mil hectares, transforma a estrutura agrária em Santa Cruz. Se a pequena produção era a forma dominante durante o século XIX e a primeira metade do XX, a partir da Reforma Agrária de 1953, a fazenda converte-se na propriedade agrária predominante, com um regime laboral de servidão/trabalho forçado, e uma autoridade para-estatal (o dono da fazenda é a lei e o Estado).

O capítulo dois analisa as características centrais do discurso autonomista das elites de Santa Cruz, a partir de dois eixos: a construção de uma história regional particular e o desenvolvimento de um projeto político próprio. Wilfredo Plata afirma que a elite de Santa Cruz gere historicamente os pólos de autonomia e separatismo na sua procura pela hegemonia no interior da região e na sua relação com o Estado. O imaginário construído por este setor tem o seu núcleo na diferença (racial) da “Nación Camba” em relação ao resto da sociedade boliviana. Assim se constrói uma história épica dos “conquistadores” de Santa Cruz que enfrentaram o Estado colonial e republicano para conquistar, primeiro o seu território e depois a sua autonomia. Esta seção também aborda o “lado obscuro” desta narrativa, a exploração e o quase-extermínio da população indígena das terras baixas, e o silenciamento desta outra história, que teve os seus momentos culminantes em 1887, com a revolta dos indígenas moxeños com Andrés Guayocho na liderança, e 1892, com a batalha de *Kuruyuki* protagonizada pelos guaranis em defesa do seu território.

Por último, o terceiro capítulo, de Gustavo Medeiros, analisa a situação atual da agro-indústria da soja. Com uma descrição das condições internacionais e o desenvolvimento da produção de soja da região, demonstra que, apesar da soja ter tido um crescimento impressionante na década de 1990, encontra atualmente limites na sua própria lógica interna.

O modelo económico predominante em Santa Cruz exige uma expansão agressiva da fronteira agrícola para manter o seu rendimento e, conseqüentemente, a sua capacidade competitiva no mercado internacional; as conseqüências desta ampliação são a) a especulação da terra, as grandes propriedades com baixos níveis de investimento ou não exploradas que se põem à disposição dos requisitos de crescimento da agro-indústria; latifúndio e empresa capitalista são, assim, complementares, b) este uso intensivo de áreas cada vez mais extensas e a mono-produção geram desflorestação e danos ambientais que, por sua vez, violam a reprodução do modelo e c) a pressão pela terra aumenta os conflitos violentos pela terra, entre proprietários grandes e medianos, camponeses da região andina que migraram para o Oriente e indígenas das terras baixas.

Los barones del Oriente. El poder en Sanbta Cruz ayer y hoy não é uma história regional em si mesma, mas a história de uma elite, dos seus discursos e modelo económico, sediada numa região, Santa Cruz, mas interpretada tendo em conta o contexto nacional, num momento em que a sociedade boliviana se levantou para superar o colonialismo interno contra a população indígena, que é maioritária, e reconstruir e fortalecer o seu Estado.

Ximena Soruco Sologuren

xsoruco@pieb.org

Diretora académica da Universidade do Programa de Investigação Estratégica na Bolívia (U-PIEB). Investigadora boliviana. Trabalha as questões do Estado e subjectividade colonial na Bolívia. As suas publicações mais recentes são: *La ciudad de los cholos. Mestizaje y colonialidad en Bolivia, siglos XIX y XX* (IFEA-PIEB, 2012) e *Apuntes para pensar el Estado plurinacional* (Vicepresidencia de Bolívia, 2011). É Diretora Académica das Pós-graduações da UPIEB e professora da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA).

Teoria da P@x

O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS SOBRE AS SUAS TERRAS E RECURSOS NATURAIS: O CASO AWAS TINGNI

Temos observado, nos últimos anos, um interesse crescente na prospeção e na exploração de recursos naturais. Trata-se de recursos que se tornaram num elemento estratégico, do ponto de vista económico e geopolítico. Muitos destes recursos naturais, como os hidrocarbonetos, o petróleo e os minerais, encontram-se em territórios habitados, desde tempos longínquos, por povos indígenas e depositários de uma parte muito significativa da biodiversidade do planeta. É neste contexto que se estão a produzir um grande número de conflitos entre Estados e empresas transnacionais, por um lado, e comunidades indígenas, por outro, que encerram em si mesmos diferentes visões sobre a exploração dos recursos e sobre a sua contribuição para o desenvolvimento.



À direita Melba McLean, Sr Marcial; à esquerda Sra , Sr. Peru. Fotografia: Melba McLean

A este respeito, temos que sublinhar a enorme contribuição da Comissão e do Tribunal Interamericano de Direitos Humanos, organismo do sistema de promoção e proteção dos direitos humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Em meados dos anos 1990, uma comunidade indígena pobre, pequena e isolada da Costa Atlântica da Nicarágua - a comunidade Awas Tingni do povo Mayangna – recorreu ao

sistema interamericano para denunciar o governo nicaraguense por este ter feito concessões para a exploração de madeira em território pertencente ancestralmente às comunidades sem que lhes tivesse dado conhecimento. A decisão do Tribunal Interamericano de Direitos Humanos, situado em San José de Costa Rica, criou, neste caso da Comunidade Awas Tingni contra Nicarágua (Agosto de 2001), um precedente muito promissor para a evolução do direito dos povos indígenas sobre as suas terras e recursos naturais no panorama jurídico internacional. A interpretação dada pelo Tribunal Interamericano ao direito de propriedade neste caso emblemático constituiu-se como um autêntico desafio à concepção tradicional do direito de propriedade que figura nos instrumentos internacionais de direitos humanos mais relevantes. Além disso, esta jurisprudência nova e corajosa foi seguida e aprofundada pelo Tribunal Interamericano noutros casos em que também estavam envolvidas comunidades indígenas na defesa dos seus territórios ancestrais. Neste sentido, os casos mais significativos são *Yakye Axa*, *Moiwana*, *Saramaka*, *Sawhoyamaya*, o *Xákmok Kásek*, entre outros. O Tribunal seguiu o que ele mesmo denominou como um método “evolutivo” de interpretação, abrindo a porta para a utilização dos desenvolvimentos normativos em matéria de direitos humanos produzidos noutros contextos externos ao sistema interamericano. Este entendimento permitiu ao Tribunal superar um critério estritamente formal quando chegou a altura de interpretar o significado, a natureza e o alcance do direito dos povos indígenas à propriedade dos seus territórios e recursos naturais. Apesar de o artigo 21º da Convención Americana de Derechos Humanos (1969)¹ não se referir explicitamente à propriedade coletiva dos povos indígenas, a interpretação que o Tribunal oferece é que essa disposição inclui não apenas a concepção tradicional e ortodoxa do direito à propriedade, como o direito de carácter individual, mas também a proteção da propriedade comunitária dos povos indígenas

Teoria da P@x



Artesãs de Tuno da comunidade Awas Tingni.
Fotografia: Melba McLean

tal como é definida pelos seus usos e costumes. Como consequência desta nova interpretação, o Tribunal Interamericano chegou à conclusão de que o Estado do Nicarágua tinha violado o direito de propriedade da comunidade Awas Tingni ao ter feito concessões a uma empresa madeireira sem o seu consentimento e ao não ter procedido à demarcação, titulação e registo do território da comunidade, tal como lhe exigiam tanto a Constituição da Nicarágua de 1987, como o Estatuto de Autonomia da Região Autónoma do Atlântico Norte (RAAN, também de 1987).

O segundo aspeto inovador da decisão do Tribunal tem a ver com a dimensão predominantemente coletiva concedida ao direito de propriedade dos povos indígenas, algo que choca com a interpretação clássica dos direitos humanos no contexto ocidental. Apoiando-se nos testemunhos de líderes da própria comunidade Awas Tingni e de peritos em direitos dos povos indígenas realizados na audiência pública, que teve lugar na sede do Tribunal em San José de Costa Rica, o Tribunal mais importante das Américas em questões relacionadas com os direitos humanos chegou à conclusão de que “entre os indígenas existe uma tradição comunitária sobre uma forma comunal de propriedade coletiva da terra, no sentido de que a posse desta não se centra num indivíduo mas sim no seu grupo e na sua comunidade” (para. 149).

Na mesma linha, o Tribunal defendeu que “a estreita relação que os indígenas mantêm com a terra deve ser reconhecida e compreendida como a base fundamental das suas culturas, da sua vida espiritual, sua integridade e sua sobrevivência” (para. 149), enfatizando o significado cultural e espiritual que a terra tem para a cosmovisão dos indígenas. Outro ponto importante neste pronunciamento do Tribunal tem a ver com o fundamento último do direito de propriedade indígena. Para o Tribunal, o fundamento de tal direito de propriedade não radica no reconhecimento por parte do Estado, mas baseia-se nas próprias práticas e usos consuetudinários das comunidades indígenas. Nas palavras do Tribunal, “como produto do Costume, a posse da terra deveria bastar para que as comunidades que carecem de um título real sobre a propriedade da terra obtenham o reconhecimento oficial da tal propriedade e o consequente registo” (para. 151).

Por tudo isso, o Tribunal condenou o Estado de Nicarágua por ter violado o direito de propriedade indígena da comunidade Awas Tingni e, conseqüentemente, o Estado tem a obrigação de delimitar, demarcar e atribuir título de propriedade do território da comunidade Awas Tingni e do resto das comunidades indígenas da Nicarágua. Apesar das enormes dificuldades que a comunidade Awas Tingni enfrentou no processo de execução da sentença do



Awas Tingni. Fotografia: Kenneth González

Tribunal Interamericano (de fato, a comunidade apenas recebeu o título da propriedade em Dezembro de 2008, mais de sete anos depois da sentença), devemos reconhecer que esta decisão abriu a porta ao desenvolvimento progressivo dos direitos dos povos indígenas às suas terras e territórios e também a uma certa capacitação dos próprios povos indígenas face à defesa dos seus direitos. De qualquer modo, como em muitos outros contextos, existe uma enorme distância entre as proclamações e os reconhecimentos dos direitos dos povos indígenas e a cruel realidade que continuam a enfrentar a cada dia que passa numa luta desenfreada pelo acesso a recursos naturais.

Felipe Gómez Isa

felipe.gomez@deusto.es

É Professor titular de Direito Internacional Público na Universidade de Deusto e investigador do Instituto de Derechos Humanos Pedro Arrupe, onde exerce o cargo de Director do European Master in Human Rights and Democratisation. Também dirige o Programa de Formação em Direitos Humanos para Líderes Indígenas que se tem realizado desde o ano 2000 em colaboração com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. É Professor visitante em diversas Universidades tanto europeias como latino-americanas e asiáticas. Entre os seus livros, destacam-se *La Declaración Universal de los Derechos Humanos* (1998), *El derecho al desarrollo como derecho humano en el ámbito jurídico internacional* (1999), *El Caso Awas Tingni contra Nicaragua. Nuevos horizontes para los derechos humanos de los pueblos*.

Notas

[1] O artigo 21.1 da Convenção Interamericana dos Direitos Humanos sublinha que “toda a pessoa tem direito ao uso e gozo dos seus bens. A lei pode subordinar tal uso e gozo ao interesse social”.

Observatório das P@xes

Recursos sobre Conflitos e Recursos Naturais

Del conflicto a la consolidación de la paz. La función de los recursos naturales y el medio ambiente

http://postconflict.unep.ch/publications/ES_pcd_mb_policy_01_s.pdf

Indígenas latinoamericanos se unen contra megaproyectos

http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2012/04/12_0423_indigenas_desafian_fronteras_jqc.shtml

CONSTRUTORES DA PAZ

Cimeira da Terra Rio + 20

<http://rio20.net/en-camino-a-rio>

A próxima Cimeira da Terra Rio+20 - oficialmente chamada Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - será realizada de 20 a 22 de Junho de 2012 no Rio de Janeiro, Brasil. Esta Cimeira é uma nova tentativa, no começo do milénio, sob a égide das Nações Unidas, de se avançar em relação a um compromisso dos Estados e da comunidade internacional relativamente a grandes mudanças do século XXI. A Cimeira terá lugar vinte anos depois da primeira Cimeira histórica do Rio de Janeiro, que aconteceu em 1992, e dez anos depois da realizada em Joanesburgo, que data de 2002.

O apelo das Nações Unidas é ambicioso. Convida os Estados, a sociedade civil e os cidadãos a “lançar as bases de um mundo de prosperidade, paz e sustentabilidade”, e inclui três temas na ordem do dia: 1. O fortalecimento dos compromissos políticos a favor do desenvolvimento sustentável. 2. O balanço dos progressos e dificuldades relacionados com a sua implementação. 3. As respostas aos novos desafios emergentes na sociedade. Há duas questões que, intimamente relacionadas, constituem o eixo central da Cimeira: 1. Uma economia ecológica com vista à sustentabilidade e à erradicação da pobreza; e 2. A criação de um enquadramento institucional para o desenvolvimento sustentável.

Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales (OLCA)

<http://www.olca.cl/oca/octext.htm>

O *Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales* (Observatório Latino Americano de Conflitos Ambientais, em português) faz assessoria a comunidades em conflito de forma a potenciar as suas capacidades de gestão a favor dos seus direitos ambientais. Monitoriza também conflitos ambientais, desenvolve instrumentos de gestão para esses conflitos; investiga e difunde aspetos relacionados com a proteção ambiental e os direitos dos cidadãos; realiza registos a nível setorial, investigações específicas e promove a transferência de metodologias de gestão de conflitos.

Entre os seus objetivos constam: aperfeiçoar metodologias que permitam sistematizar, analisar e gerir soluções participativas para os problemas ambientais. dar assessoria técnica e jurídica às comunidades com conflitos ambientais; capacitar as comunidades para a defesa do seu meio-ambiente; e colocar o conhecimento sobre o desenvolvimento ao serviço da sociedade civil que procura a proteção ambiental através da difusão de experiências de conflitos ambientais relevantes.

Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL):

<http://www.conflictosmineros.net/home>

O trabalho do *Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina* (Observatório de Conflitos minerais da América Latina, em português) foca-se na solidariedade para com as comunidades e organizações afetadas pela indústria mineira. A tomada de decisões é feita por consenso garantindo a participação de todos os que integram o Observatório e respeitando a autonomia de cada instituição/organização-membro. O Observatório, bem como os seus membros, não aceitam financiamento de organismos multilaterais, indústria mineira ou quaisquer instituições vinculadas a esta. As atividades principais são a difusão e o intercâmbio de informação, o apoio a campanhas, ações de solidariedade e articulação das atividades desenvolvidas pelas mesmas organizações.

Programa de Formação em Direitos Humanos para Povos Indígenas da América Latina

www.idh.deusto.es

O Programa de Formação em Direitos Humanos para Povos Indígenas tem-se vindo a desenvolver desde o ano 2000. O Programa resulta de uma colaboração entre o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas e o Instituto de Direitos Humanos Pedro Arrupe da Universidade de Deusto. O Programa desenvolve-se graças ao apoio do Governo Basco, e distingue-se pelas atividades de formação impulsionadas pelo programa de investigação "O tempo dos direitos" (Huri-Age) Consolider-Ingenio 2010. Nos doze anos de docência, mais de 80 líderes indígenas de "Abya Yala" foram formados pelo programa.

O Programa oferece aos homens e às mulheres de povos indígenas a oportunidade de obter conhecimentos em matéria de direitos humanos, no geral, e de Direitos dos Indígenas em particular, de forma a que contribuir para que estes possam prestar assistência às suas organizações e comunidades no que diz respeito à proteção e promoção dos direitos humanos dos seus povos. O Programa, através das suas atividades de incidência política a nível internacional, facilita a inserção de bolseiros e estagiários em redes internacionais de trabalho para a defesa dos direitos humanos dos povos indígenas.

Plataforma de Política Energética

<http://www.plataformaenergetica.org/content/2>

A Plataforma de Política Energética, impulsionada pelo *Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario* (Centro de Estudos para o Desenvolvimento Laboral e Agrário, em português - Cedla), é um espaço participativo, plural e democrático destinado a partilhar e sistematizar informação e análise, gerar conhecimentos e promover a investigação e o debate público sobre as políticas energéticas e, dentro dela, o futuro dos hidrocarbonetos na Bolívia. É um espaço de reflexão sobre a temática energética orientado para a participação e interação ampla de peritos, centros de investigação, instituições públicas e privadas e organizações sociais e empresariais.

Observatorio Petrolero Sur

<http://www.opsur.org.ar/blog/>

O *Observatorio Petrolero Sur* (Observatório Petrolífero Sul, em português, OPSur) nasceu em meados de 2008 como uma aposta e resposta militante às políticas agressivas de promoção da atividade hidrocarbonífera na Argentina. Encontra-se integrado no Centro de Políticas Públicas para o Socialismo (CEPPAS). Faz parte da rede internacional *Oilwatch*.

Depois de uma política de federalização sem precedentes implementada em meados dos anos 1990, e consolidada nos últimos anos, todas as províncias argentinas assumiram a posse plena dos seus bens/recursos naturais, tornando-se, assim, as novas interlocutoras da indústria petrolífera. A maioria lançou-se numa campanha agressiva de licitação de uso e exploração em áreas de hidrocarbonetos, enquanto outras ainda estão em etapas anteriores, como a adequação de seus quadros de regulação.

MINÉRIOS SEM FRONTEIRAS? CONFLITO E DESENVOLVIMENTO NAS REGIÕES MINEIRAS DO PERÚ

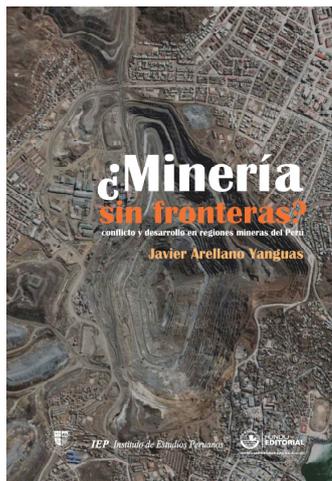
A ligação entre a exploração mineira e os conflitos sociais não é surpreendente e tem sido amplamente estudada em diversos países. No entanto, há algo de novo e desconcertante no que toca o caso peruano: os conflitos multiplicaram-se depois do governo, em estreita colaboração com as empresas, implementar um conjunto de políticas expressamente desenhadas para reduzir os conflitos sociais em torno da exploração mineira, convencer a população sobre os benefícios que a exploração mineira lhes podia dar e projetar uma imagem mais amável sobre as campanhas mineiras. Foram duas as suas principais inovações. A primeira foi a redistribuição de uma quantidade importante de rendimentos fiscais gerados pela atividade mineira aos governos subnacionais dessas regiões (*el canon minero*). A segunda inovação foi o impulso para uma maior participação das companhias mineiras nas atividades de desenvolvimento social. Estas políticas não são exclusivas do Peru, mas fazem parte de uma tentativa das Instituições Financeiras Internacionais e das companhias mineiras transnacionais, de projetar a imagem de uma indústria mineira mais responsável e orientada para o desenvolvimento.

O resultado da implementação desta estratégia no Peru é importante para as companhias mineiras que tenham previsto realizar grandes investimentos no país. Além disso, fizeram com que o Peru se convertesse num laboratório para a sua implementação noutros países em vias de desenvolvimento.

O livro, *Minérios sem fronteiras? Conflito e desenvolvimento em regiões mineiras do Peru, da minha autoria*, pretende responder a duas perguntas: 1) porque é que aumentaram tanto os conflitos sociais nas regiões mineiras depois da implementação dessas políticas?; e 2) existe alguma prova de que a implementação dessas políticas tenha contribuído para a melhoria do bem-estar económico e social dos habitantes das zonas mineiras?

Duas respostas claras emergem dos resultados da investigação:

- 1) Os novos critérios de distribuição dos benefícios gerados pelas operações mineiras incentivam os atores locais a utilizarem o conflito para aceder e/ou maximizar a sua participação na distribuição desses benefícios.
- 2) Estas políticas não tiveram um impacto significativo nos indicadores económicos e de bem-estar social dos municípios e regiões que recebem grandes transferências de recursos provenientes da exploração mineira.



Capa do livro *Minería sin fronteras? Conflicto y desarrollo en regiones mineras del Perú*, de Javier Arellano Yanguas (Lima: Instituto de Estudios Peruanos e Pontificia Universidade Católica do Peru, 2011).

Este livro analisa o modo como as políticas não só não têm sido capazes de reduzir o número de conflitos sociais, como também os aumentaram. O livro desafia e modifica as explicações convencionais que consideram que os impactos negativos da atividade mineira sobre o meio-ambiente e os meios de vida da população são os principais elementos geradores de conflito. Sem negar os efeitos perniciosos que a atividade

pode ter sobre o meio-ambiente e sobre os meios de vida da população afetada, este estudo defende que as propostas relacionadas com este tipo de problemas não são suficientes para explicar o rápido aumento dos conflitos sociais que se produziram no Peru entre 2005 e 2008. Este livro apresenta-se como uma análise alternativa que demonstra que os conflitos sociais se tornaram mais frequentes nas regiões com as minas mais rentáveis e que, portanto, receberam transferências maiores de impostos.

Dois mecanismos distintos explicam este “efeito entrada”. O primeiro é que o governo permitiu às duas companhias mineiras reter a maior parte dos ganhos extraordinários gerados pelo espetacular aumento do preço dos minerais, e apresentou as companhias mineiras como um agente-chave para o desenvolvimento. Para a opinião pública, este reforço significou que as empresas teriam a obrigação de cuidar e proteger a população em seu torno. Na ausência de instituições que funcionassem de maneira efetiva, a população, especialmente as comunidades camponesas mais próximas das minas, utilizaram o conflito para negociar compensações económicas maiores e oportunidades de emprego nas companhias. O segundo mecanismo é ainda mais surpreendente: o aumento do importo gerou disputas sobre o acesso e o uso destas transferências financeiras. Diferentes setores da população e dos governos sub-nacionais disputaram o controlo destes recursos.

As novas políticas não cumpriram as suas promessas de desenvolvimento. Apesar da importância das transferências recebidas pelos governos regionais e municipais nas zonas mineiras, e do aumento do orçamento das companhias mineiras para os seus projetos sociais, durante o período 2002-2008 os indicadores económicos e sociais não melhoraram mais nestas áreas do que no resto do país. A versão oficial atribui este fracasso à “falta de capacidade” de gestão dos governos sub-nacionais. No entanto, a análise do processo de alocação de recursos nas municipalidade mineiras revela uma história bastante mais completa, na qual a existência

de incentivos políticos para gastar de forma precipitada é mais importante do que a “falta de capacidade”. A população e as autoridades municipais e regionais viram-se apanhadas num jogo míope que deu prioridade à redistribuição de recursos a curto-prazo, através da criação de empregos no setor público, em detrimento dos benefícios de longo-prazo, que se poderiam ter alcançado com melhor planificação. O próprio governo e as empresas mineiras reforçaram esta tendência de gasto de curto-prazo.

O livro enfatiza que as transferências das zonas produtoras para a alçada dos governos subnacionais e o maior envolvimento das empresas no desenvolvimento local são claramente insuficientes se não forem realizadas reformas políticas e institucionais destinadas tanto a regular o setor de extração mineira como a reforçar a presença do Estado nas áreas rurais. Além disso, estas políticas são perversas quando tentam contornar a necessidade de abordar estas reformas.

Javier Arellano Yanguas

javier.arellano@deusto.es

Investigador e professor do Centro de Ética Aplicada da Universidad de Deusto (Bilbao-España). Doutor em Estudos de Desenvolvimento pelo *Institute of Development Studies (IDS)* da Universidade de Sussex, onde também obteve o grau de Mestre no Programa de Mestrado em Governação e Desenvolvimento. É ainda Engenheiro Agrónomo pela Universidade Politécnica de Madrid, licenciado em Ciências Religiosas e Filosofia pela Universidad de Deusto, e diplomado em Economía Internacional pela Universidad del País Vasco. O seu trabalho tem-se concentrado na governação de recursos naturais, conflitos sociais, processos de descentralização, papel político da sociedade civil e os movimentos sociais, política indígena, e a relação entre políticas fiscais e desenvolvimento. Tem experiência de trabalho na promoção de desenvolvimento em vários países da América Latina e Índia, onde trabalhou também como consultor para várias instituições. Publicou recentemente o livro *¿Minería sin fronteras? Conflicto y desarrollo en regiones mineras del Perú*.

Estudos sobre a P@X

RECURSOS NATURAIS, ELITES DE PODER E CONFLITOS NA GUATEMALA

Marco de referência

O ano de 1996 marcou o início de um novo rumo na Guatemala: assinaram-se os Acordos de Paz, que colocaram fim a 36 anos de conflito armado interno e que deram lugar a uma mudança em quase todas as esferas e âmbitos da vida social. Formas e dinâmicas de organização, poder, incidência, mudaram e adequaram-se aos novos tempos. “A crise de estabilidade, a fragmentação das elites, a transformação de vários atores sociais em novos atores políticos, o despertar ambiental de grupos altamente afetados pela mudança climática, pela ameaça à exploração de recursos naturais e pela degradação ambiental, o recrudescimento da conflitualidade socioambiental e as mudanças de prioridades da comunidade internacional para a América Central conjugam-se para desenhar um novo contexto que modifica não apenas as condições, mas também os meios para influenciar a favor do ambiente” (IARNA, 2010).

Exploração de recursos naturais na Guatemala

Desde a época colonial que a Guatemala tem produzido legislação a favor da exploração de recursos naturais como a extração do ouro e da prata, entre outros materiais. A sua exploração começou em 1908, com a primeira lei de exploração mineira. Tanto nessa lei, como na atual, é reconhecida a importância dos recursos não renováveis para o Estado, dando-lhe um “caráter concessionário, que consiste num ato de administração da parte do Estado, pelo qual se concede a um sujeito natural ou jurídico direitos de uso e exploração, benefícios e direito de comercialização dos minerais na forma mais ampla e irrestrita. Trata-se de um postulado próprio do Estado liberal.” (Rosal, 2012).

A última modificação da lei foi em 1997, limitando o poder de veto ou de opinião para as comunidades afetadas pela exploração

dos recursos naturais; não contemplando mecanismos de inclusão, participação e consulta as populações afetadas, apesar de existirem leis que regulam a participação cidadã, como o Acordo 169 da OIT. Garante ao Estado a exclusividade da licença ou direito mineiro, reduzindo a 1% as regalias dos minérios metálicos declarados. A partir de 2003, apoiado pela nova lei de exploração mineira, o governo cede territórios para a exploração de minerais metálicos. Nesse ano, instala-se a mina Marlin, propriedade da empresa canadiana Goldcorp. À data (Abril de 2012) emitiram-se 274 licenças de exploração, metálicas e não metálicas (para além das 815 licenças ainda em processo) para dar início a operações de uso e exploração. Este grande número de licenças revela o interesse das empresas multinacionais em explorar recursos naturais. No entanto, não se tem em consideração a decisão das comunidades, nem os danos da conflitualidade social-ambiental.



‘Mi familia vale mas que el ORO. Tenemos derecho a decidir sobre la minería’ - www.calas.org

O mundo do desenvolvimento e “o local”

Robinson (2003) afirma que a grande globalização constitui um elemento determinante da História recente da América Central. À medida que os países se vão integrando na economia global, vai havendo uma crescente interdependência entre os processos nacionais e os transnacionais. (IARNA, 2010). O autor

**Estudos sobre
a P@X**

Estudos sobre a P@X

identifica cinco tendências globais que influenciam os processos nacionais: a) A transição de uma economia mundial para uma global, que envolve uma crescente transnacionalização dos Estados, das classes sociais, dos processos políticos e económicos. b) A nova mobilidade global do capital que começou a reorganizar a produção mundial de acordo com considerações políticas e com os custos relativos dos fatores de produção; c) as bases de produção nacionais começaram-se a fragmentar e a integrar-se em novos circuitos globais de acumulação. A Guatemala começou a adotar como política prioritária a atração de investimento estrangeiro; d) Começaram-se a registar pressões por parte dos países ocidentais industrializados no sentido dos países em desenvolvimento adotarem o modelo de democracia liberal como sistema político para gerar “desenvolvimento”. Este tipo de institucionalização nova começou a ganhar vida sem que tenha havido processos adequados anteriores de concertação social, sem considerar as especificidades culturais, políticas económicas locais, e por vezes substituindo instituições locais eficazes e legítimas que contribuíam para a governação e) No plano da globalização cultural ressaltam-se as lutas pelo reconhecimento e a reafirmação identitária dos coletivos sociais.

Novas dinâmicas e expressões de poder a nível local

É importante sublinhar a capacidade dos cidadãos para formular estratégias de poder que respondem à reconfiguração e capacitação a nível local, e que têm muitas implicações, das quais se destacam a capacidade de mobilização e articulação de processos e participação de cidadãos, assim como dar a conhecer o peso político que decorre do exercício da cidadania. Para evidenciar as novas apropriações de poder local nas suas diferentes manifestações é referido o sistema de organização dos povos indígenas, que mistura uma cosmovisão espiritual e de carácter público e que reivindica os

direitos dos povos indígenas, tornando-os tangíveis dentro do próprio Estado. A capacitação local dos povos indígenas suscitou iniciativas de carácter comunal que procuram estabelecer e desenvolver estratégias de incidência política para fazer valer os seus direitos face a diversas temáticas. As consultas comunitárias são práticas ancestrais que as populações indígenas realizam para abordar temas de interesse social, como a extração de recursos naturais. As novas dinâmicas de poder local revertem o paradigma do Estado paternalista e o simbolismo do poder, que limita os espaços de participação cidadã desconhecendo as bases organizacionais, alianças, e formas de lutas dos povos indígenas. No passado, as comunidades indígenas foram afetadas por diversos fatores, especialmente pelo conflito armado interno. Hoje em dia, deixaram de viver na resistência, para se re-potenciarem enquanto sujeitos e atores. Deixaram de ser meramente “locais” para ter a capacidade de ação regional com perspetiva e impacto nacional.

*Renzo Lautaro Rosal**

rlrosal@url.edu.gt

Director de incidência pública da Universidad Rafael Landívar (URL), Guatemala. Colunista no diário *Prensa Libre*. Politólogo guatemalteco e mestre em Relações Internacionais (FLACSO-URL). Presidente do Conselho Editorial e colunista do jornal electrónico de *Plaza Pública*. Analista político e consultor em projetos da USAID, cooperação espanhola e União Europeia. Membro do comité executivo dos coletivos das organizações sociais *Foro Guatemala* e *Guatemala Visible*. Foi Decano da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da URL (2002-2004), Secretário Geral da URL (1998-2002). Subsecretário Executivo da Presidência da República (responsável pelo processo de descentralização) (2005-2007).

References

IARNA/URL. (2009). *Gestión Ambiental y Gobernabilidad Local*. Guatemala: Instituto de Agricultura, Recursos Naturales y Ambiente.

Instituto de Agricultura, Recursos Naturales y Ambiente. (2010). *Conceptualización, diseño y bases para la puesta en marcha de una nueva etapa de incidencia política a favor del ambiente en Guatemala*. Guatemala: Instituto de Agricultura, Recursos Naturales y Ambiente.

Entrevista com K'aqchikel, C. d., Marzo 2012. (Entrevista por: A. Pacheco, D. Suazo, y K. García-Ruano).

Entrevista com K'iche, C. d., Abril 2012. (Entrevista por: A. Pacheco, y D. Suazo).

Entrevista com Mam, C. d., Marzo 2012. (Entrevista por: A. Pacheco, y D. Suazo).

Martínez, J., & Villagrán, C. (2009). *Conflicto por el uso de la tierra*. Guatemala: Instituto de Transformación de Conflictos para la Contrucción de la Paz en Guatemala.

Ramos, B., & Sosa, M. (2011). *Un Estado otra Nación*. Guatemala: Instituto de Investigaciones y Gerencia Política.

* Com o apoio de Alejandro Pacheco, Dessirée Suazo, e Andrea Morales.

No sotão do GEP

PublicaçõesGEP

Cardoso, Katia (2012), "**Insegurança**" in Observatório das Crises e Alternativas, *Dicionário das Crises e das Alternativas*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais e Almedina.

Cravo, Teresa Almeida (2012), "**Ajuda externa**", in Observatório das Crises e Alternativas, *Dicionário das crises e das alternativas*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais e Almedina, 22-23.

Cravo, Teresa Almeida (2012), "**O significado de François Hollande**", *Mundus*, NERIFE/AAC, Junho.

Cunha, Teresa (2012), "**Karau timor ínan ferik. O fado ou a fúria da búfala velha? Um ensaio feminista sobre a polirracionalidade da emancipação**". In Kelly Silva; Lúcio Sousa (orgs.), *Ita mau alin. Afinidades antropológicas em torno de Timor-Leste*. Lisboa: Edições Colibri, p 257 – 275.

Kanet, Roger; **Freire, Maria Raquel** (orgs.) (2012), **Competing for Influence: The EU and Russia in Post-Soviet Eurasia**. Dordrecht: Republic of Letters Publishing.

Freire, Maria Raquel (2012), "**Russian Foreign Policy in the Making: The Linkage between Internal Dynamics and the External Context**", *International Politics*, 49, 4.

Freire, Maria Raquel; Simão, Licínia (2012), "**ENP and post-Soviet transition in the South Caucasus: Linking democracy and security**", in D.Bosold, P.Drulák e N.Hynek (org.), *Democratization and Security in Central and Eastern Europe and the Post-Soviet States*. Berlim: Nomos Verlag, 209-228.

Freire, Maria Raquel (2012), Recensão do livro **Terror in Chechnya: Russia and the Tragedy of Civilians in War**. De Emma Gilligan. Princeton: Princeton University Press, 2010. , *Perspectives on Politics*, vol.10, n.2, Junho.

Moura, Tatiana; Santos, Rita (2012), "**Seguranças públicas, inseguranças privadas: violência doméstica e armas de fogo**", in Susana Durão (org.), *Polícia, Segurança e Ordem Pública. Perspectivas portuguesas e brasileiras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Santos, Rita; Roque, Sílvia; Moura, Tatiana; Araújo, Sara (2012), "**Women and gun violence: Key Findings from Rio de Janeiro (Brazil), San Salvador (El Salvador) and Maputo (Mozambique)**", *Brussels: Initiative for Peacebuilding*.

Santos, Sofia José (2012), "**Primavera Árabe**", in Observatório das Crises e Alternativas, *Dicionário das Crises e das Alternativas*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais e Almedina.

Simão, Licínia (2012), "**Central Asia in US and Russian foreign policy: between continuity and 'reset'**", in M.R.Freire e R.E.Kanet (org.), *Russia and Its Neighbors*. Basingstoke: Palgrave, 152-173.

Simão, Licínia (2012) "**The problematic role of EU democracy promotion in Armenia, Azerbaijan and Nagorno-Karabakh**", *Communist and Post-communist Studies*, vol.45, nº 1/2, 193–200.

Simão, Licínia (2012) "**Do leaders still decide? The role of leadership in Russian foreign policy making**", *International Politics*, vol. 49, no. 4, 482–497.

Economia, Universidade de Coimbra, 14 Abril 2012.

Licinia Simão apresentou a comunicação “**Comparing EU and OCSE approaches to authoritarian regimes in Central Asia: the role of parliamentary cooperation**”, 40^a ECPR Joint Sessions of Workshops, Antuérpia, 10-15 Abril 2012.

Sofia José Santos apresentou a sessão “**Do ‘Family Guy’ ao ‘Twitter’: media, violências e interculturalidade**”, no âmbito do Projeto “O CES vai à Escola”, a 17 de Abril na Escola Básica e Secundária de Macedo de Cavaleiros, Macedo de Cavaleiros e a 18 de Abril, na Escola Secundária de Jaime Cortesão, em Coimbra.

Maria Raquel Freire, Paula Duarte Lopes e António Leitão organizaram o seminário “**Consolidação da Paz e a sua Sustentabilidade: as Missões da ONU em Timor-Leste e a contribuição de Portugal**”, CES Lisboa, Lisboa, 18 Abril 2012.

Daniela Nascimento deu uma aula sobre “**The Dilemmas of Humanitarian Action**”, no 14^o Curso de Direitos Humanos, Ius Gentium Conimbrigae- Centro de Direitos Humanos, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, 28 Abril 2012.

Maria Raquel Freire participou na Mesa redonda “**Toward a Euro-Atlantic Security Community**”, Euro-Atlantic Security Initiative (EASI), Carnegie Endowment for International Peace, Viena, Áustria, 30 Abril 2012.

MAIO

André Barrinha apresentou a comunicação “**Revisiting Turkey’s Position in the Regional Security Complex Theory: the Arab Spring Test**”, “Marmara University Research Conference in International Relations: Turkey and the Major Powers in the Middle East vis-a-vis the Arab Spring”, Istanbul, 9 Maio 2012.

Teresa Cunha apresentou a comunicação “**Uma mu-canda de amor para Timor-Leste. Sociedade e cultura**”, Seminário Internacional Timor-Leste: 10 anos de estudos em Portugal | refletir e devolver, Espaço Por Timor, Lisboa, 18 Maio 2012.

Katia Cardoso participou na Sessão II do Café com Livros - Encontros na Biblioteca Norte | Sul, CES-Coimbra, 24 de maio de 2012.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Política Externa em Análise: Uma Abordagem Pós-Positivista e o Regresso aos Clássicos**”, IPRI Lunch Seminar, Lisboa, 25 Maio 2012.

Katia Cardoso participou na reunião cluster “**Youth , Identity and Security**” com representantes da UE e ONG no âmbito do Projeto ‘ Initiative for Peacebuilding- Early Action: from analysis to action’, Bruxelass, 29-30 Maio 2012.

Licinia Simão organizou juntamente com João Soares o seminário “**Cooperação Interparlamentar: contributos para a governação global**”, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 31 Maio 2012.

Rita Santos e **Sílvia Roque** apresentaram e dinamizaram o Workshop em “**Feminismo, Relações Internacionais e Segurança**”, *CES's Gender Workshop series*, CES, Coimbra, 31 Maio 2012.

JUNHO

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Estudos para a Paz: uma agenda em redefinição**”, Conferência PT-SSN sobre Estudos de Segurança, Estudos Estratégicos e Estudos da Paz: Agendas de Investigação em (Re)Definição, Universidade do Minho, 1 Junho 2012.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Rússia e Cáucaso do Sul: a geopolítica dos recursos e do poder em face de estratégias multifacetadas**”, Ciclo de aulas abertas, Perspetivas Contemporâneas em Geopolítica e Geoestratégia, Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais (NICPRI), Universidade do Minho, 1 Junho 2012.

Sílvia Roque e **Teresa Cravo** organizaram a Mesa Redonda “**A Guiné-Bissau e o golpe de 12 de Abril: interpretações, dinâmicas e estratégias de resposta**”, com a participação de Fodé Abulai Mané e Julião Soares Sousa, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 1 Junho 2012.

Teresa Cravo apresentou o Seminário “**The Development Aid Community and the Label of Success**”, CERl's research seminar, SciencesPo, Paris, 7 Junho 2012.

Katia Cardoso participou no painel "Cabo Verde: Constituição, Diáspora e Qualidade da Democracia", na Conferência "Refletir Cabo Verde e a sua relação com o mundo", Universidade de Lisboa, 9 junho 2012.

Fran Espinoza apresentou a comunicação “**Bolivia: ¿una nueva élite en el poder?**”, “6th Conference of Political Science”, FLACSO, Quito, Equador, 12-14 Junho 2012.